

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Abreviaturas e Siglas Usadas.....	XXXI
-----------------------------------	------

PARTE I

Capítulo I – Conceito de Consumidor e de Fornecedor	3
1.1. Histórico do Código de Defesa do Consumidor.....	3
1.2. Direito intertemporal.....	4
1.3. Conceito de consumidor	5
I. Introdução.....	5
II. Teoria finalista.....	6
III. Teoria maximalista.....	7
IV. Teoria do finalismo aprofundado	8
V. Posição atual do STJ	9
VI. Vulnerabilidade x hipossuficiência	10
1.4. A pessoa jurídica como consumidor	11
1.5. Consumidor por equiparação.....	14
1.6. Conceito de fornecedor	15
1.7. Consumidor e fornecedor nos países da União Europeia.....	16
1.8. Jurisprudência.....	20
1.8.1. Consumidor. Definição. Alcance	20
Capítulo II – Política Nacional de Relações de Consumo	23
2.1. Política Nacional de Relações de Consumo	23
2.2. Princípios constitucionais de defesa do consumidor.....	25
I. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	25
II. Princípio da liberdade	26
III. Princípio da isonomia	26
IV. Princípio da publicidade	27
2.3. Princípios do Código de Defesa do Consumidor	27
I. Vulnerabilidade do consumidor e a ação governamental	27
I.1. Vulnerabilidade do consumidor e o superendividamento	29

I.2 – O endividamento e o dever de mitigar o dano	31
I.3 – A hipervulnerabilidade do consumidor idoso.....	33
II. Harmonização dos interesses dos consumidores e fornecedores e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico.....	34
III. Educação e informação dos sujeitos da relação de consumo quanto aos seus direitos e deveres	36
IV. Controle de qualidade e segurança de produtos e serviços	36
V. Meios alternativos de solução de conflitos	37
VI. Coibição e repressão de abusos praticados no mercado de consumo...	41
VII. Racionalização e melhoria dos serviços públicos	41
VIII. Estudo constante das modificações do mercado de consumo.....	41
2.4. O CDC visto como “lei principiológica”	42
2.5. Direito europeu.....	43
Capítulo III – Direitos Básicos do Consumidor.....	47
3.1. Direitos básicos do consumidor	47
3.2. Proteção da vida, saúde e segurança	48
3.3. Educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos ou serviços. Liberdade de escolha.....	48
3.4. Informação adequada e clara sobre os produtos e serviços.....	49
3.5. Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, bem como contra práticas abusivas	54
3.6. Proteção contra cláusulas abusivas.....	55
3.7. Prevenção e reparação de danos individuais, coletivos e difusos. Acesso aos órgãos judiciários e administrativos.....	57
3.8. Facilitação da defesa dos direitos do consumidor.....	58
3.9. Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral	59
3.9.1. Qualidade da prestação a cargo de concessionária de serviço público	60

PARTE II

Capítulo I – Responsabilidade Civil	65
1.1. O sistema protetivo do consumidor, em matéria de responsabilidade civil	65
I. Legitimados passivos do pleito indenizatório	65
II. Legitimados ativos do pleito indenizatório	66
1.2. Os acidentes de consumo e a responsabilidade civil	67
1.3. O caráter objetivo da responsabilidade civil no âmbito das relações de consumo	69

1.4.	Os elementos da responsabilidade civil objetiva, no caso do fato do produto	71
1.5.	Defeitos do produto ou serviço	75
	I. O defeito do produto	75
	II. Tipos de defeitos do produto.....	77
	III. Produto não defeituoso	79
	IV. Defeito do serviço	79
	V. Excludentes de responsabilidade do fornecedor por defeito do produto ou do serviço ou do serviço	80
1.6.	A responsabilidade pelos vícios do produto	83
	I. Vícios do produto ou serviço.....	83
	II. Sanções do fornecedor	85
	III. Ignorância do fornecedor quanto aos vícios	86
1.7.	A multiplicidade de responsáveis pelo acidente de consumo	86
	1.7.1. Contrato de transporte	88
	I. Transporte em geral	88
	II. Transporte aéreo.....	88
	III. Transporte terrestre	90
	1.7.2. Contratos de intermediação	92
1.8.	Contratos de agência e de corretagem	93
1.9.	O reconhecimento do tempo do consumidor como um bem jurídico a ser protegido.....	95
1.10.	Direito europeu	96
	I. Responsabilidade por defeito do produto.....	96
	II. Conformidade do produto com o contrato	97
1.11.	Conclusões.....	98
1.12.	Jurisprudência.....	99
	1.12.1. Responsabilidade civil – fato do produto – prescrição	99
	1.12.2. Vício do produto – prazo de garantia ultrapassado	100
	1.12.3. CDC – transporte aéreo de pessoas – extravio de bagagem.....	101
	1.12.4. Veículos – venda descumprida – responsabilidade solidária da concessionária e do fabricante.....	102
	1.12.5. Consumidor – vítima da explosão de garrafa – consumidor equiparado.....	102
	1.12.6. Consumidor – assalto à mão armada em drive thru de estabelecimento comercial – fortuito interno	103
Capítulo II – Responsabilidade Civil na Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares		105
2.1.	Prestação de serviços médicos e hospitalares	105
	I. Responsabilidade do médico.....	105

II.	O consentimento informado	106
III.	A perda de uma chance	109
IV.	Responsabilidade do hospital	111
IV.	Solidariedade entre médico e hospital	114
2.2.	A responsabilidade subjetiva do médico e a inversão do ônus da prova	116
2.3.	Importância da perícia médica	117
2.4.	Responsabilidade do cirurgião plástico	117
2.5.	Responsabilidade do anestesista	119
2.6.	Jurisprudência	120
2.6.1.	Responsabilidade objetiva de hospital – ato de cirurgião a ele não vinculado.....	120
2.6.2.	Responsabilidade subjetiva de hospital – médicos a ele vinculados	121
2.6.3.	Não aplicação do CDC a atendimento custeado pelo SUS em hospitais privados conveniados	121
2.6.4.	Responsabilidade solidária entre médico e hospital.....	123
2.6.5.	Cirurgia plástica – obrigação de resultado – caso fortuito	123
2.6.6.	Cirurgia estética x cirurgia reparadora.....	123
2.6.7.	Internação hospitalar – direito à retribuição pelos serviços prestados	124
Capítulo III – Responsabilidade Civil no Relacionamento Jurídico Eletrônico		125
3.1.	Particularidades do relacionamento jurídico eletrônico	125
3.2.	A legislação brasileira vigente sobre o comércio eletrônico	126
I.	O Decreto nº 7.962/2013.....	126
II.	O marco civil da internet – Lei nº 12.965/2014	128
3.3.	Negócio final e negócio de intermediação por meio eletrônico	130
3.4.	Responsabilidade civil do intermediador eletrônico	134
I.	O provedor de conteúdo agindo como mero intermediário na celebração do contrato	134
II.	Provedor de conteúdo que realiza buscas de produtos ou informações.....	136
3.5.	Direito de arrependimento.....	138
I.	Conceituação e requisitos para o exercício do direito de arrependimento	138
II.	O direito de arrependimento no comércio eletrônico	139
3.6.	Boas práticas no âmbito das relações estabelecidas em meio digital.....	140
3.7.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	141
3.8.	Direito europeu.....	142
3.9.	Jurisprudência.....	143
3.9.1.	Provedor de pesquisa – exibição de resultado potencialmente ofensivo – responsabilidade	143
3.9.2.	Provedor de pesquisa – intermediação – responsabilidade civil ...	144

Capítulo IV – Dano Moral	145
4.1. Dano moral nas relações de consumo	145
I. Introdução.....	145
II. O caráter punitivo do dano moral	146
III. Dano existencial	148
IV. Alguns julgados sobre o tema	149
4.2. Dano moral coletivo.....	154
4.3. Cadastro de proteção ao crédito	156
I. Introdução.....	156
II. Abusos na inclusão e manutenção dos dados	158
III. Ação revisional e os cadastros	158
IV. Dever de comunicação ao devedor antes da inscrição.....	159
V. Banco do Brasil e Banco Central.....	161
VI. Dano moral.....	162
4.3.1. Prazo de permanência do registro no cadastro	164
4.3.2. Cancelamento do registro negativo	166
4.3.3. Cadastro positivo dos tomadores de crédito	166
4.4. Direito europeu	170
4.5. Controle de saída de mercadorias do estabelecimento comercial	172
4.6. Jurisprudência.....	173
4.6.1. Responsabilidade civil – tabagismo – indenização de dano moral e material – descabimento da indenização.....	173
4.6.2. Responsabilidade civil – tabagismo – indenização de dano moral e material – cabimento da indenização	173
4.6.3. Dano moral coletivo.....	175
Capítulo V – Prescrição e Decadência.....	177
5.1. Conceito de prescrição e decadência no Direito Civil brasileiro	177
I. Prescrição	177
II. Decadência.....	178
5.2. Prescrição e decadência no CDC	179
5.3. Indenização por fato do produto. Prescrição.....	180
5.4. Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, no regime do Código de Defesa do Consumidor.....	183
5.5. As ações de responsabilidade civil. Os prazos legais e os prazos de garantia	184
5.6. Jurisprudência.....	186
5.6.1. Responsabilidade civil – dano moral e dano material – defeito em prestação de serviços – prescrição.....	186
5.6.2. Responsabilidade civil – fato do produto – prescrição	186

Capítulo VI – Publicidade Enganosa e Praxes Abusivas.....	189
6.1. A publicidade e os serviços intermediários de informação	189
I. Introdução.....	189
II. Princípio da identificação da publicidade	190
6.2. Publicidade enganosa.....	191
I. Conceituação	191
II. Alguns julgados sobre o tema.....	194
6.3. Publicidade enganosa e contrato de incorporação.....	200
6.4. Responsabilidade do anunciante, da agência e do veículo de informação.....	204
6.5. Direito europeu.....	206
6.6. Jurisprudência.....	207
6.6.1. Propaganda enganosa – princípio da veracidade.....	207
6.6.2. TV – propaganda enganosa – responsabilidade do anunciante	208
6.6.3. Publicidade enganosa por omissão.....	208

PARTE III

Capítulo I – O Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor	213
1.1. A teoria do contrato no Código Civil	213
1.2. Concurso das regras do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil	216
1.3. Boa-fé e função social no campo das relações contratuais de consumo	217
1.4. Cláusulas abusivas no Código do Consumidor e no Código Civil	219
1.5. Função econômica e função social do contrato	220
1.6. Necessidade de harmonizar a função social com a função natural do contrato.....	223
1.7. Uma derradeira ponderação sobre defesa do consumidor, força do contrato e estado de direito democrático	225
Capítulo II – Contratos no Código Civil e no Código do Consumidor	227
2.1. Introito	227
2.2. O direito e as relações econômicas.....	227
2.3. O contrato e as operações econômicas	229
2.4. Contrato e ideologia da organização econômica	230
2.5. A ideologia do contrato no regime capitalista puro.....	231
2.6. Visão atual da autonomia de vontade no plano do contrato	232
2.7. As transformações do contrato na sociedade contemporânea.....	233
2.8. A revisão contratual e a segurança jurídica	235

2.9.	A sujeição do contrato de consumo aos princípios gerais do direito contratual	238
2.10.	A função dos tribunais.....	241
2.11.	A boa-fé como regra de conduta e base da revisão contratual	242
2.12.	O entrelaçamento entre o equilíbrio contratual e a boa-fé objetiva	246
2.12.1.	A configuração da relação de consumo como pressuposto do tratamento diferenciado do contrato previsto no CDC	248
2.12.2.	Associação civil. Inexistência de relação de consumo entre associado e clube social	251
2.13.	A revisão dos contratos no regime do Código de Defesa do Consumidor.....	251
2.14.	Pretensa superioridade constitucional do Código de Defesa do Consumidor dentro do ordenamento jurídico nacional	254
2.15.	Revisão do contrato desequilibrado (lesão).....	257
2.16.	Cláusulas abusivas	258
I.	Introdução.....	258
II.	Preservação do contrato.....	259
III.	Declaração de ofício	261
IV.	Alguns julgados sobre cláusulas abusivas	263
2.16.1.	A abusividade da imposição do juízo arbitral	273
2.17.	Limites da indagação de abusividade do contrato	274
2.17.1.	A revisão contratual e a repressão à usura	276
2.18.	Teoria da imprevisão	277
I.	Alegação pelo consumidor	277
II.	Alegação pelo fornecedor	282
2.19.	A teoria da imprevisão no Código Civil.....	284
2.20.	A teoria da imprevisão no direito comparado.....	285
2.21.	O contrato de adesão e seu controle em juízo	289
2.22.	Alguns equívocos da jurisprudência em matéria de revisão de contratos de consumo	292
2.22.1.	A ruptura unilateral do compromisso de compra e venda na jurisprudência do STJ.....	300
2.23.	Conclusões.....	303
2.24.	Direito europeu.....	306
2.25.	Jurisprudência.....	307
2.25.1.	Compra e venda resilida pela vontade unilateral do adquirente – Código do Consumidor – inviabilidade	307
2.25.2.	Contrato – rescisão – pedido formulado pela parte inadimplente – inviabilidade – contrato anterior ao Código do Consumidor	307

2.25.3. Contrato – art. 53 do CDC – inexistência de direito do devedor inadimplente a rescindir o negócio que ele mesmo descumpriu	308
2.25.4. Contrato – rescisão – teoria da imprevisão – desemprego do devedor – mora do credor que não providenciou a rescisão contratual	308
2.25.5. Rescisão contratual – pedido formulado por compromissário comprador inadimplente – inadmissibilidade – art. 53 do Código de Defesa do Consumidor	308
2.25.6. Compromisso de compra e venda – teoria da imprevisão – perda de emprego e inflação que não são eventos imprevisíveis – rescisão e restituição das quantias pagas – ajuizamento pelo contratante adimplente – inadmissibilidade.....	309
2.25.7. Promessa de compra e venda – modificação superveniente das condições do negócio – devolução das quantias já pagas	309
2.25.8. Rescisão de compra e venda – parcelas pagas – devolução – aplicação dos artigos 53, <i>caput</i> , e 6º, inciso V, da Lei nº 8.078/1990....	309
2.25.9. Promessa de compra e venda – cláusula penal estabelecendo a perda das quantias pagas pelo compromissário comprador – art. 53 da Lei nº 8.078/1990.....	310
2.25.10. Rescisão contratual cumulada com reintegração de posse	310
2.25.11. Contrato – abusividade – alienação fiduciária – lei especial em vigor	310
2.25.12. Compromisso integralmente cumprido pelo vendedor – desca- bimento da resilição unilateral pelo adquirente	311
2.25.13. Cláusulas abusivas – impossibilidade de declaração de ofício pelo juiz.....	311
2.25.14. Disponibilização de ingressos na internet – Cobrança de taxa de conveniência – venda casada – abusividade.....	312
 Capítulo III – Contratos Bancários e Aplicações Financeiras. Revisão Judicial.	
Juros Compensatórios e Juros Moratórios	315
3.1. A posição do STJ acerca de inadimplemento do banco na restituição de aplicação financeira (CDB)	315
3.2. Princípios do direito dos contratos	316
3.3. A revisão do contrato na visão do direito positivo	317
3.4. Equilíbrio econômico e boa-fé.....	318
3.5. Contratos de intermediação financeira	318
3.6. O fim do contrato e a conservação do negócio	321
3.7. Resultado da revisão judicial do contrato	322
3.8. Revisão judicial de contratos financeiros	323
I. Introdução.....	323
II. Ação de revisão do contrato	324

3.9.	A jurisprudência pacificada do STJ sobre revisão da cláusula de juros nos contratos bancários	326
3.10.	Incidência do princípio do equilíbrio econômico e da boa-fé em contrato de aplicação financeira	328
3.11.	Aplicação do CDC aos bancos. Jurisprudência do STJ fixada na forma de recurso repetitivo.....	331
3.12.	Outras questões relacionadas com os contratos bancários enfrentadas em decisões do STJ.....	333
3.13.	Jurisprudência.....	354
3.13.1.	Alienação fiduciária de bem imóvel. Inaplicabilidade do art. 53 do CDC	354
3.13.2.	Ação de prestação de contas. Débito em conta-corrente. Interesse de agir do correntista	354
3.13.3.	Tarifa de emissão de boleto bancário. Ilegalidade do repasse ao consumidor	355
3.13.4.	Mútuo firmado com instituição financeira. Desconto em conta-corrente. Legalidade	356
Capítulo IV – O Seguro e o Código de Defesa do Consumidor		357
4.1.	Introdução	357
4.2.	Noção de abusividade no contrato de consumo.....	357
4.3.	O contrato de seguro e os direitos do consumidor	359
4.4.	O contrato de seguro no Código Civil.....	361
4.5.	O contrato de seguro não é aleatório, como outrora se pensava.....	363
I.	Introdução.....	363
II.	Seguro de vida em grupo	364
III.	Seguro de vida individual	366
IV.	Prescrição.....	369
4.5.1.	Responsabilidade da seguradora	370
4.5.2.	Interpretação de contrato de seguro e responsabilidade da seguradora.....	371
I.	Introdução.....	371
II.	Seguro de dano	371
III.	Seguro de pessoas.....	372
4.6.	A jurisprudência sobre a não renovação do seguro de vida em grupo ...	373
4.7.	Previdência privada.....	376
4.8.	Conclusões.....	378
4.9.	Alguns julgados sobre seguro	379
4.10.	Jurisprudência	381
4.10.1.	Seguro de vida em grupo. Possibilidade de não renovação. Necessidade de prévia notificação ao segurado	381

4.10.2. Seguro de vida individual. Rescisão unilateral pela seguradora em contrato renovado por vários anos. Descabimento	383
Capítulo V – Planos de Saúde.....	385
5.1. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor	385
5.2. Limitações nos planos.....	388
5.3. Reajustes	389
5.4. Cobertura	392
I. Extensão da cobertura, para abranger procedimentos interligados ao tratamento.....	392
II. Cobertura para incluir tratamento clínico experimental ou medicamento não registrado na ANVISA	394
III. Cobertura mínima	396
IV. Cobertura de procedimentos mais modernos	396
VII. Rol de procedimentos mínimos a serem cobertos elaborado pela ANS....	397
5.5. Indenização	399
5.6. Permanência no plano	401
5.7. Outras questões relacionadas com os planos de saúde enfrentadas em decisões recentes do STJ e de outros tribunais	403
5.8. Jurisprudência	415
5.8.1. Plano de saúde. Cobertura. Tratamento mais moderno	415
5.8.2. Plano de saúde. Migração de plano coletivo para individual em razão da extinção do contrato de trabalho. Portabilidade das carências	416
5.8.3. Plano de saúde. Demissão imotivada do trabalhador. A seguradora não está obrigada a oferecer migração para plano individual caso não possua essa modalidade para comercialização.....	417
5.8.4. Plano de saúde. Observância da abrangência da segmentação efetivamente contratada para procedimentos de urgência e emergência	418
Capítulo VI – A Incorporação Imobiliária e o Código de Defesa do Consumidor.....	419
6.1. O Código de Defesa do Consumidor e a regulamentação dos contratos pelo direito privado tradicional.....	419
6.2. Os contratos imobiliários e o Código de Defesa do Consumidor	421
I. Introdução.....	421
II. Contrato de administração	422
III. Contrato de locação.....	423
IV. Contrato de incorporação.....	423
V. As relações entre o adquirente e o serviço notarial.....	425

6.3.	O negócio jurídico da incorporação	425
6.4.	A solução para o inadimplemento do adquirente da unidade autônoma.....	429
	I. Realização do leilão, previsto no art. 63 da Lei nº 4.591/1964.....	429
	II. A resolução do contrato por inadimplemento do adquirente, em face da Lei n. 13.786/2018.....	433
6.5.	Impossibilidade da restituição pela construtora/incorporadora da integralidade das prestações pagas pelo inadimplente.....	436
6.6.	A correção do critério eleito pelo art. 63 da Lei de Incorporação.....	439
6.7.	O que, na incorporação, se submete ao CDC	442
6.8.	Condutas consideradas abusivas pela jurisprudência	444
	I. Cobrança de taxa de corretagem e taxa SATI	444
	II. Alienação fiduciária em garantia instituída pela construtora após a quitação da unidade habitacional	446
6.9.	Prescrição	446
6.10.	Alguns julgados sobre o tema	447
6.11.	Direito europeu.....	448
6.12.	Conclusões.....	450
6.13.	Jurisprudência.....	451
	6.13.1. Incorporação – regime de administração – restituição de parcelas ao adquirente de unidade	451
	6.13.2. Compra do apartamento em construção – “juros no pé”	452
	6.13.3. Promessa de compra e venda de imóvel em construção – abusividade da cobrança de juros durante a obra	453
	6.13.4. Promessa de compra e venda de imóvel – resilição por ato do comprador inadimplente – possibilidade.....	453
	6.13.5. Cobrança de taxa de corretagem e taxa SATI.....	454
	6.13.6. Prescrição – indenização por inadimplemento contratual.....	454

PARTE IV

Capítulo I – Questões Processuais nas Ações do Consumidor	459	
1.1. Competência	459	
	1.1.1. Foro de eleição em contrato de consumo	460
1.2. Inversão do ônus da prova.....	461	
	1.2.1. O caráter excepcional da inversão do ônus da prova	462
	1.2.2. O reequilíbrio entre consumidores e fornecedores.....	464
	1.2.3. As provas diabólicas ou impossíveis no sistema geral do processo	465
	1.2.4. O momento processual da inversão do ônus da prova.....	468
	1.2.5. Inversão por ato do juiz e inversão <i>ex lege</i>	471

1.2.6.	Conclusões	472
1.3.	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de responsabilidade civil.....	473
I.	Introdução.....	473
II.	Procedimento	476
III.	Decadência	477
1.4.	Denúnciação à lide	478
1.5.	Dispensa de advogado nas ações do Juizado Especial.....	479
1.6.	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública individual como substituto processual	480
1.7.	Jurisprudência.....	480
1.7.1.	Código do Consumidor – inversão do ônus da prova – responsabilidade dos profissionais liberais.....	480
1.7.2.	Código de Defesa do Consumidor – inversão do ônus da prova – ausência de verossimilhança – consumidor não hipossuficiente.....	481
1.7.3.	CDC – inversão do ônus da prova – encargo impossível – momento processual inadequado	481
1.7.4.	Código de Defesa do Consumidor – foro de eleição – hipossuficiência do consumidor não comprovada – validade.....	482
1.7.5.	Código de Defesa do Consumidor – desconsideração da personalidade jurídica – desnecessidade de demonstração de abuso – mera prova de insolvência da pessoa jurídica.....	482
1.7.6.	Código de Defesa do Consumidor – denúnciação da lide – norma insculpida em benefício do consumidor	483
	Capítulo II – Os Poderes do Juiz na Concretização do Direito.....	485
2.1.	Direito e substância.....	485
2.2.	Direito e outras normas de comportamento social.....	486
2.3.	Do autoritarismo ao estado de direito	487
2.4.	O juiz revela e aplica o direito <i>in concreto</i>	488
2.5.	A arte de julgar.....	490
2.6.	Limites da atividade criadora do juiz.....	492
2.7.	A incompatibilidade do <i>judge made law</i> com a sistemática de nosso direito fundamental	494
2.8.	Aplicação de “cláusulas gerais” pelo juiz.....	495
2.9.	Conclusões.....	496
	Capítulo III – Ação Coletiva de Direitos do Consumidor.....	501
3.1.	As ações coletivas.....	501
I.	Histórico.....	501

II.	Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	502
III.	Ações coletivas possíveis após o CDC	503
IV.	Direitos individuais homogêneos	504
V.	Direitos difusos e coletivos	504
VI.	Procedimento único	505
3.2.	Condições da ação	507
3.3.	Legitimidade <i>ad causam</i>	508
3.4.	A legitimidade de parte nas ações do Código de Defesa do Consumidor	509
I.	Introdução.....	509
II.	Possibilidade de intervenção do consumidor em ação coletiva	511
III.	Legitimidade do condomínio de adquirentes de edifício em construção	511
IV.	Sucessão do autor por outro colegitimado	512
3.5.	O Ministério Público e as ações coletivas.....	514
I.	Direitos individuais homogêneos	514
II.	Direitos individuais indisponíveis	519
3.6.	A ação coletiva intentada por associação civil.....	519
I.	Introdução.....	519
II.	Defesa dos direitos coletivos e dos individuais homogêneos.....	524
III.	Defesa coletiva de direitos dos associados.....	524
IV.	A associação e a ação civil pública	525
V.	Ações coletivas promovidas por sindicatos	526
3.7.	As associações e os direitos difusos.....	527
3.8.	O requisito da pré-constituição da associação civil	528
3.9.	Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar ação coletiva	531
3.10.	Conceito de interesses e direitos individuais homogêneos	534
3.11.	Limite territorial da sentença e sua publicidade.....	536
3.12.	Coisa julgada	538
3.13.	Jurisprudência.....	539
3.13.1.	Ação coletiva – legitimidade <i>ad causam</i> – associação.....	539
3.13.2.	Associação – defesa dos associados – ação coletiva – transporte aéreo – taxa aduaneira	540
3.13.3.	Ação civil pública – ação proposta pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) – planos de assistência médica e hospitalar – ilegitimidade <i>ad causam</i>	540
3.13.4.	Associação – defesa de interesses coletivos de seus associados	540
3.13.5.	Ação coletiva – associação civil.....	541
3.13.6.	Ação civil pública – IDEC.....	541

3.13.7. Ação civil pública – competência em caso de dano ao consumidor em escala nacional.....	541
3.13.8. Ação civil pública – legitimidade da Defensoria Pública	542
3.13.9. Ação civil pública – associação – dispensa do requisito temporal.....	543
Capítulo IV – Tutela Provisória em Ação Civil	545
4.1. Introito	545
4.2. Processo e Constituição.....	545
4.3. A garantia do devido processo legal.....	547
4.4. A ação civil pública.....	548
4.5. A Lei nº 7.347/1985.....	550
4.6. A ação cautelar movida pelo Ministério Público contra as administradoras de consórcio.....	551
4.7. Violação dos princípios da tutela cautelar.....	552
I. Notícia sobre as medidas provisórias de urgência no CPC/2015.....	552
II. O caso em análise.....	553
4.8. Impossibilidade de transformar a ação cautelar inominada em inquérito para devassa na atividade empresarial dos demandados	558
4.9. Síntese geral.....	560
4.10. Conclusões.....	562
4.11. Jurisprudência.....	563
4.11.1. Interesses coletivos – legitimidade ativa do Ministério Público....	563
4.11.2. Ação civil pública – aumento nas mensalidades escolares – legitimidade ativa <i>ad causam</i> do Ministério Público.....	563
4.11.3. Ação civil pública – mensalidades escolares – Ministério Público – interesse coletivo – legitimação ativa	563
4.11.4. Ministério Público – ação civil pública – defesa de interesses de adquirentes de unidades em conjunto habitacional ameaçadas de ruína.....	564
4.11.5. Ação civil pública – plano de saúde – mensalidade – reajuste – Ministério Público – <i>legitimatío ad causam</i> – Código de Defesa do Consumidor.....	564
4.11.6. Ministério Público – medida cautelar – defesa dos interesses ou direitos coletivos – livros e documentos – apreensão de cunho satisfativo – inadmissibilidade.....	564
4.11.7. Medida cautelar – ação principal – não propositura no prazo legal – extinção do processo	565
4.11.8. Medida cautelar inominada – pedido objetivando forçar a Municipalidade a cumprir o contrato celebrado.....	565

4.11.9. Ministério Público – ação civil pública – ação coletiva – defesa de interesses individuais homogêneos – cláusulas abusivas	565
Capítulo V – Execução em Ação Coletiva	567
5.1. Execução de sentença coletiva	567
5.2. Execução da sentença de ação coletiva intentada por meio de associação.....	569
5.3. Execução da sentença de ação coletiva promovida por sindicato.....	570
5.4. Execução coletiva por sindicato. Posição consolidada do STF e do STJ.....	571
5.5. Execução da sentença da ação civil pública relativa a direitos individuais homogêneos em geral	573
5.6. Execução da sentença coletiva pelos legitimados, quando não houver habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano	573
5.7. Mora na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos.....	575
5.8. Jurisprudência.....	576
5.8.1. Execução coletiva – associação.....	576
5.8.2. Execução coletiva – sindicato	577
5.8.3. Execução coletiva – possibilidade	577
5.8.4. Execução coletiva – atuação do sindicato como substituto processual	578
5.8.5. Execução de sentença coletiva pelos legitimados – <i>Fluid recovery</i>	578
Capítulo VI – As Ações de Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços	581
6.1. Noção de ação de responsabilidade civil.....	581
6.2. Ações individuais e ações coletivas	581
6.3. Jurisprudência.....	583
6.3.1. Responsabilidade civil – danos causados pelo fato do produto – consumidor por equiparação.....	583
6.3.2. Responsabilidade civil – fato do produto – responsabilidade do comerciante – REsp 402.356/MA.....	583
6.3.3. Responsabilidade civil – defeito do serviço – solidariedade de todos da cadeia de prestação do serviço	584
6.3.4. Responsabilidade civil – vício de qualidade ou quantidade do produto – solidariedade.....	584
6.3.5. Responsabilidade civil – troca de mercadoria – prazo em benefício do consumidor	586
Bibliografia.....	587